



1 **Ata da 3ª Sessão Plenária Ordinária de 2016**
2 **Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo – CAU/SP**

3 Aos 17 de março de 2016, no “Auditório Rosário I” do Hotel Comfort Downtown, situado na Rua
4 Araújo, 141, São Paulo - SP, teve início às 15h45 a 3ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho de
5 Arquitetura e Urbanismo de São Paulo - CAU/SP, sob a direção do Presidente do conselho
6 **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA**. Assinaram a lista de presença 56
7 (cinquenta e seis) participantes, dentre os quais 50 (cinquenta) conselheiros titulares, 4 (quatro)
8 suplentes de conselheiro no exercício da titularidade, a saber, Soriedem Rodrigues, Luis Felipe
9 Xavier, Douglas Ellwanger, João Antonio Danielson Garcia, e, ainda, o conselheiro federal do
10 CAU/BR por São Paulo, Renato Luiz Martins Nunes, e o ouvidor do CAU/SP Affonso Risi. **A)**
11 **VERIFICAÇÃO DO QUÓRUM:** Foi verificado quórum de 36 (trinta e seis) conselheiros entre
12 titulares e suplentes no exercício da titularidade para o início dos trabalhos. Para compor à mesa,
13 o Presidente convidou o Vice-presidente do CAU/SP Valdir Bergamini, o conselheiro federal do
14 CAU/BR por São Paulo Renato Luiz Martins Nunes, e o ouvidor do CAU/SP Affonso Risi. **B)**
15 **ABERTURA DA 3ª SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CAU/SP DE 2016. C) EXECUÇÃO DO**
16 **HINO NACIONAL BRASILEIRO.** Após a abertura da plenária, o Presidente **GILBERTO SILVA**
17 **DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA** informa que não será necessária a execução do Hino
18 Nacional Brasileiro, pois o mesmo já foi executado durante a sessão extraordinária anterior. Em
19 seguida, o Presidente apresenta ao plenário a necessidade de ampliação da pauta com um item
20 extra pauta, solicitado pelo Grupo de Trabalho Meio Ambiente, o qual propôs um convênio com a
21 Secretaria Estadual do Meio Ambiente. Procede, então, à votação do item extra pauta, o qual é
22 **APROVADO** com 43 votos a favor, 01 contrário, e nenhuma abstenção. **D) APROVAÇÃO DA**
23 **ATA DA 2ª SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DE 2016 REALIZADA EM 18/02/2016.** A
24 conselheira **NANCY LARANJEIRA TAVARES DE CAMARGO** solicita a mudança de grafia de
25 nome de comissão, na linha 389, de “*Comissão Especial para participação do CAU no Conselho*
26 *das Cidades*” para “*Comissão de Organização da participação do CAU na 6ª Conferência das*
27 *Cidades*”. O Presidente **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA** esclarece que
28 a alteração entrará na ata como adendo de correção e inicia a votação para aprovação da ata da
29 plenária anterior, a qual é **APROVADA** com 42 votos a favor, nenhum contrário, e 01 abstenção.
30 **E) INFORMES DO PRESIDENTE.** Prossegue a pauta o Presidente **GILBERTO SILVA**
31 **DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA** com seus informes. O Presidente informa que o governo
32 japonês pretende fazer uma casa de cultura na Avenida Paulista, sendo a construção doada pelo
33 governo estrangeiro e desenvolvida pelo importante arquiteto japonês Kengo Kuma. Sendo assim,
34 seria necessária a inscrição de Kengo Kuma no CAU/SP, fato que foi informado ao consulado do
35 Japão via correspondência, a qual aguarda retorno. Também informa que o Conselho, após
36 conseguir liminar, conseguiu mandado de segurança autorizando todos os profissionais arquitetos
37 e urbanistas a entrarem com processo de aprovação de projetos junto à companhia Bandeirantes,
38 fato informado às demais concessionárias do estado de São Paulo. O CAU/SP também esteve
39 presente na última feira Revestir, a qual é um grande evento com a participação de centenas de



40 arquitetos, em um pequeno espaço montado para o Conselho, onde foram realizados dezenas de
41 atendimentos. Ademais, o Conselho também assinou junto com alguns CAU/UFs na última
42 plenária do CAU/BR a participação no Gespública, o programa do Governo Federal acerca da
43 desburocratização e simplificação em gestão pública, culminando em um convênio com o
44 Ministério da Fazenda e o Tribunal de Contas no sentido de buscar ações que simplifiquem os
45 procedimentos internos e agilizem tanto os aspectos processuais quanto os aspectos financeiros.
46 O Presidente, então, passa a palavra ao ouvidor Affonso Risi, o qual apresentará um resumo das
47 atividades do primeiro ano da Ouvidoria do CAU/SP. **ORDEM DO DIA: 1) APRESENTAÇÃO DE**
48 **RELATÓRIO DA OUVIDORIA.** O ouvidor **AFFONSO RISI** inicia sua fala explicando que a
49 Ouvidoria foi criada no começo de 2015, atendendo de março a dezembro cerca de 700
50 demandas, assim como foram atendidas cerca de 300 demandas desde janeiro de 2016 até a
51 presente data, de maneira que se imagina que, devido ao grande crescimento no número de
52 demandas, seja necessária uma equipe maior de ouvidores no futuro. A Ouvidoria começou em
53 Brasília, a partir do trabalho de José Eduardo Tibiriçá, e agora começou um movimento
54 espontâneo de criação de ouvidorias nos CAUs/UFs, sendo provável reuniões e contato mais
55 intenso entre eles futuramente. Prossegue o ouvidor, informando que grande parte das demandas
56 são denúncias: denúncias de arquiteto contra arquiteto, as quais são raras, de arquitetos contra
57 clientes, de arquitetos contra empresas, e de clientes contra arquitetos, as quais são as mais
58 frequentes. A Ouvidoria, então, encaminha as questões para quem possa dar a elas o devido
59 atendimento, normalmente para a fiscalização. Em geral as questões são intermediadas pelos
60 ouvidores, pois boa parte delas não são tão graves, ou são até mesmo esvaziadas, enquanto as
61 graves frequentemente geram processos éticos, correspondendo a cerca de 10 a 15% das
62 demandas gerais. Além disso, existem as questões sazonais, como a multa eleitoral no ano de
63 2015, a quebra da empresa que prestava assistência de saúde aos arquitetos, e a anuidade agora
64 em 2016. Outra questão, que também aparece com muita frequência, é a aplicação da Resolução
65 51, sobre a qual existem protestos de arquitetos, porque os engenheiros estão tomando seus
66 trabalhos, sendo necessário à Ouvidoria explicar que isso é um trabalho em andamento e que vai
67 levar algum tempo ainda para as coisas se definirem com a clareza. Mais uma questão é a
68 dificuldade que os arquitetos encontram para emitir documentos como os RDAs, CATs, e
69 relatórios, o que gera um número enorme e frequente de reclamações, as quais dizem que os
70 procedimentos são confusos e difíceis, fato que leva ao cerne da questão, que são as visíveis
71 deficiências do SICCAU. O SICCAU gera um número enorme de reclamações porque ele é
72 confuso e falha nas horas necessárias, como na data de pagamento da anuidade, quando o
73 sistema não está preparado para o número de acessos que recebe e entra em pane. O ouvidor
74 prossegue sua fala afirmando que esse não é um problema que possa ser resolvido em São
75 Paulo, sendo fundamental que a questão seja levada a Brasília e urgente que o Conselho
76 repense, refaça, e reorganize seu sistema de informática, o qual é visivelmente insuficiente. Ainda
77 afirma que os arquitetos são profissionais generalistas e de síntese, e que, portanto, quem
78 organizou esse sistema não é arquiteto, pois faltam elegância e clareza. Também informa o
79 ouvidor que alguns problemas que chegam à Ouvidoria não podem ser atendidos pelo Conselho,



80 mas é importante trazê-los ao plenário, sendo uma questão recorrente dos colegas arquitetos que
81 trabalham em empresas e órgãos públicos que reclamam de questões salariais, sub-remuneração.
82 Mas, como o CAU está impedido de atuar nesse sentido, inclusive em ação jurídica, é
83 recomendado a esses arquitetos que usem a via adequada, que é a via sindical. Por fim, o ouvidor
84 ainda informa sua impressão que o que mais decorre das demandas é que os arquitetos
85 gostariam muito que o Conselho estivesse mais perto deles, e termina sua fala dizendo que a
86 Ouvidoria sempre contou com uma colaboração muito boa de vários setores do Conselho, da
87 Presidência às Diretorias, Comissões, jurídico e equipe técnica, e que, em sua observação, o CAU
88 tem uma equipe de primeiríssima linha, muito capaz de atender e fazer as coisas, somente talvez
89 faltando instrumentos adequados. O Presidente **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA**
90 **BELLEZA** sugere que o relatório e os pontos elencados pelo ouvidor sejam encaminhados para o
91 CAU/BR, pois muitos aspectos que interferem no dia a dia do CAU/SP decorrem dele. O
92 conselheiro **MARIO YOSHINAGA** parabeniza o trabalho do ouvidor Affonso Risi, estranha o fato
93 de não ser mencionada a questão da reserva técnica, e afirma que o Conselho deve ter um
94 diálogo com os colegas arquitetos não-conselheiros e deve pensar mais nos profissionais
95 desamparados, dando o exemplo de seus ex-alunos que comentam que não sabem o que fazer
96 com o diploma, estão desorientados, não sabendo como enfrentar o mercado, que é muito mais
97 rigoroso do que se imagina enquanto se está no conto de fadas que é a escola. O conselheiro
98 **AFONSO CELSO BUENO MONTEIRO** também parabeniza o ouvidor e afirma que é muito
99 importante colocar o dedo na ferida, citando os problemas do SICCAU. Ele diz ter conhecido as
100 pessoas que fizeram o SICCAU, são técnicos de nível médio que não entendem nada de
101 arquitetura. Sendo assim, considera muito importante as informações trazidas pelo ouvidor e
102 concorda que sejam encaminhadas ao CAU/BR, que é o responsável pela organização do sistema
103 de informática do CAU. O ouvidor **AFFONSO RISI** retoma a palavra e responde o conselheiro
104 Mario Yoshinaga acerca da questão sobre reserva técnica comentando que chegaram com uma
105 curiosa insistência nas últimas semanas várias mensagens de arquitetos que se sentem
106 melindrados e reclamam da forma como a segunda etapa da campanha está sendo conduzida,
107 porque dizem que nela o arquiteto é tratado como ladrão. O ouvidor ressalta que não é bem
108 assim, que se lerem o texto verão que não se trata disso, mas as pessoas parecem ter um pouco
109 de razão quando reclamam disso. O conselheiro federal **RENATO LUIZ MARTINS NUNES** toma a
110 palavra e inicia seus relatos acerca das informações de Brasília. O conselheiro federal afirma que
111 são da maior importância as queixas sobre o SICCAU e pede que a ata com a transcrição seja
112 entregue a ele para que seja encaminhada a Brasília. Ele também ressalta que é uma ferramenta
113 complexa que tem mostrado uma série de resultados bons e inúmeras dificuldades e defeitos, e
114 que quando se quer ampliar algum campo de ação do SICCAU para aprimoramento é criado um
115 drama que implica em contratar mais um programa na Fábrica de Software, porque tem tantos
116 pontos de função a mais. Ademais, acredita que o CAU/SP é o conselho mais avançado nisso,
117 tendo recebido até elogios do Tribunal de Contas com relação à transparência e eficiência com
118 que são mostrados os procedimentos. Prossegue o conselheiro federal relatando que está sendo
119 estudado para ser firmado um convênio entre o CAU e o IAB, pois o IAB possui um terreno muito



120 bem situado de 5 mil m² e não tem recursos para fazer sede, enquanto o CAU possui os recursos
121 mas não está afim de comprar um terreno por causa do alto preço. Então, ambos os plenários
122 aprovaram o estudo de um convênio e a criação de um concurso nacional para elaboração do
123 projeto e construção da sede do CAU em Brasília em parceria com a IAB. Também existirá uma
124 comissão para estudar os programas para manter a identidade das entidades, e o conselheiro
125 federal acredita que as vantagens econômicas dessa operação são muito favoráveis. Ademais,
126 sobre comissões, o conselheiro federal foi eleito coordenador da Comissão Especial de Política
127 Profissional – CPP, a qual tem como obrigação definir passos para traçar políticas profissionais e
128 já está elaborando um estudo para gerar um programa. A Comissão de Ética tem seminários
129 regionais programados, e é importante que a Comissão de São Paulo esteja presente, porque
130 também tem procedimentos em estudo para formulação e reavaliação dos rituais de instrução e
131 julgamento de processos em plenário. O conselheiro federal também cita uma situação que
132 vivenciou no CAU/BR, na qual pediu vistas de um processo julgado pela Comissão de Exercício
133 Profissional pois acreditava ser uma falta ética e não legal, e reformulou o voto, que ganhou a
134 votação, o que fez com que a referida comissão se insurgisse contra a decisão, causando grande
135 debate jurídico. Então, houve uma reunião onde se juntaram a CEP, a CEDE, a COA, e os
136 advogados para discutir a nota jurídica elaborada pelo jurídico do CAU/BR, sendo que referida
137 nota fundamentou o raciocínio do conselheiro federal, gerando um procedimento fundamentado.
138 As conclusões dos advogados colocam que as faltas legais e éticas podem acontecer
139 simultaneamente ou uma separada da outra, dependendo das circunstâncias da situação, e essa
140 nota jurídica com anotações será encaminhada à Comissão de Ética do CAU/SP para
141 conhecimento. Continua o conselheiro federal com seu relato, informando que houve o Seminário
142 Legislativo em Brasília, que contou com a presença participativa do conselheiro Mario Yoshinaga,
143 teve duração de dois dias e gerará futura entrega de um relatório detalhado. O conselheiro federal
144 também assumiu outra comissão, chamada Comissão Temática de Harmonização Institucional, a
145 qual é composta por 5 arquitetos pelo CAU e 5 engenheiros de cada uma das áreas do CONFEA,
146 sendo 10 representantes das profissões e não necessariamente conselheiros. Possui membros
147 como o próprio conselheiro federal, o conselheiro José Geraldine, o presidente do CAU/CE
148 Luciano Guimarães, a presidente do CAU/MG Vera Maria, dentre outros. Houveram 2 reuniões, a
149 primeira de instalação no CONFEA, e a segunda de altíssimo nível com uma preocupação de
150 formular um acerto nesses escombros que se deram depois da separação dos conselhos e
151 encarar com muito realismo todos os problemas que ficaram pendentes, em especial a questão
152 das atribuições. A primeira pauta formulou o andamento dessa comissão, na qual foi decidido que
153 ela se dedicaria a discutir os temas que são convergentes, cuja discussão possa gerar força
154 institucional na soma operacional dos dois conselhos. No Seminário Legislativo o CAU distribuiu
155 para todos um documento que foi utilizado nas reuniões que tinha o resumo de todos os projetos
156 de lei e medidas que estão no Congresso Nacional de interesse dos arquitetos, os quais são
157 acompanhados pela assessoria legislativa do Conselho no próprio parlamento. Esses projetos
158 foram discutidos nos seminários gerando pareceres, o que deu uma soma de informações para
159 cada um desses projetos de lei juntamente com o trabalho da assessoria junto aos deputados, dos



160 quais estiveram presentes 4 nas reuniões. Sendo assim, essa reunião com os engenheiros tem
161 muito a ver com isso, porque eles têm uma série de outros projetos de lei de interesse deles e
162 ficou absolutamente óbvio que os dois conselhos detêm o controle da tecnologia nacional e
163 possuem muita força. Então, não é exatamente no deputado que os conselhos devem ir, mas nos
164 órgãos importantes como Tribunal de Contas, como o setor da Caixa Econômica Federal que lida
165 com as contratações, com as normas de financiamento, o qual ficou encantado com a exposição
166 que foi feita pelo colega do Ceará sobre a tabela. O conselheiro federal ainda destaca que é
167 frequentemente indagado se o CAU se entregou ao CONFEA e se a Resolução 51 não vai mais
168 ser aplicada, mas esclarece que isso não é verdade. Ainda aponta que quando os arquitetos
169 estavam no sistema CONFEA e CREA eles sabiam que teriam que brigar sempre, pois era a única
170 maneira de sobreviver lá, mas agora as brigas devem permanecer internas para demonstrar união
171 e unidade de pensamento para quem é externo ao Conselho, porque isso é estratégico. Por fim,
172 informa que neste ano ocorrerá uma reunião por mês e acredita que até o final do ano existirá um
173 grande avanço na questão da união dos conselhos no sentido positivo e construtivo que todos
174 precisam. A conselheira **JACOBINA ALBU VAISMAN** toma a palavra e afirma que houve dois
175 seminários em Brasília, um sobre a questão profissional e o outro sobre a legislação urbana que
176 está sendo proposta, ambos coordenados por uma professora doutora de Goiânia. Ademais, a
177 conselheira acredita que deveriam trazer a ata dessas reuniões para São Paulo para ser
178 disponibilizada para todos os colegas, porque estão acontecendo coisas extremamente graves,
179 não somente o RDC mas a proposta de uma MC 700 que transfere a possibilidade da iniciativa
180 privada tanto em desapropriar como construir em terrenos particulares. Sobre a questão do RRT,
181 ela acredita que a tabela de honorários elaborada pelo colega de Fortaleza tem um detalhamento
182 extremamente interessante, sendo possível conjugá-la ao novo RRT. O conselheiro federal
183 **RENATO LUIZ MARTINS NUNES** retoma a palavra e afirma que essa tabela de honorários já foi
184 aceita pela Caixa Econômica Federal e será aplicada por eles, e o Projeto de Lei 700 foi muito
185 contestado pelos próprios engenheiros e *“põe para rodar tudo quanto é discussão que já existe no*
186 *Estatuto da Cidade”*. Sobre o RDC e pregão, o conselheiro afirma que é absolutamente
187 condenado pelos arquitetos e engenheiros, e que nas reuniões questionaram de onde ele surgiu e
188 comentaram que o CONFEA é contrário a ele, assim como o SINAENCO e uma série de
189 entidades de engenharias e de arquitetura, sendo que apenas uma sigla o apoia, cujos membros
190 estão todos presos, ao que o conselheiro federal arrematou: *“olha, então isso explica, pra mim, o*
191 *RDC. O RDC é um caso de polícia, ele faz parte de tudo isso que a gente está vendo aí.”*. O
192 Presidente **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA** retoma a palavra e convida
193 o Diretor José Borelli para iniciar sua apresentação. **2) APROVAÇÃO DO RELATÓRIO DE**
194 **GESTÃO 2015 – MODELO TCU (ORIGEM DIRETORIA FINANCEIRA)**. O Diretor Financeiro
195 **JOSÉ BORELLI NETO** inicia a sua fala informando que esse relatório estabelece o que foi
196 desenvolvido durante o ano de 2015 e traça um paralelo entre o que foi previsto no plano de 2014
197 e o grau de atendimento a essas propostas que foram feitas, sendo um documento obrigatório nos
198 termos do artigo 70 da Constituição Federal, da Decisão Normativa 146 de 30 de setembro de
199 2015, e da Portaria TCU 321 de 30 de novembro de 2015. Informa ainda que os conselhos, a



200 partir do ano de 2015, serão auditados pelo Tribunal de Contas da União e que o referido relatório
201 foi elaborado a partir das informações que foram fornecidas pelas diversas diretorias, comissões
202 especiais, comissões permanentes, GTs, e compilados e desenvolvidos pela equipe técnica da
203 Diretoria Financeira. Ademais, o Diretor Financeiro afirma que o relatório gerado foi muito grande,
204 portanto está conversando com o CAU/BR para conseguir simplificar os documentos, ao que o
205 CAU/BR respondeu que São Paulo deve procurar a solução, pois sua solução resolveria para o
206 país todo, sendo, então, iniciada a preparação de uma proposta para esse problema. Por fim,
207 agradece a colaboração dos colegas que prestaram informações e à equipe do Departamento
208 Financeiro pelo trabalho, passando a palavra para Mesaque Silva. O Coordenador de
209 Planejamento Estratégico, Orçamentos e Projetos da Diretoria Financeira, **MESAQUE ARAÚJO**
210 **SILVA**, inicia sua apresentação agradecendo a todos que participaram da elaboração e
211 construção dos dados dos relatórios e afirmando que é apenas uma apresentação resumida de
212 seu conteúdo, que já foi entregue aos conselheiros. Ainda informa que alguns dados estão sendo
213 atualizados por conta da não permissão do sistema Siscont em adicioná-los em tempo hábil,
214 assim como os dados da auditoria independente sobre o CAU/SP. O relatório contém como uma
215 das peças importantíssimas para prestação de contas o balanço contábil, o balanço patrimonial, o
216 patrocínio, as multas que foram aplicadas por decorrência da fiscalização e canceladas após
217 análises efetuadas, as licitações e compras por modalidade, as transferências para o fundo de
218 apoio ao CAU básico, CSC, e reserva de contingência do CSC, e a execução orçamentária
219 vinculada ao plano de ação com respectivo planejamento estratégico do CAU. Ademais, informa
220 que na apresentação em PowerPoint encaminhada para os conselheiros constam de forma mais
221 geral todas as atividades da Presidência, Vice-presidência, Diretoria Administrativa, Diretoria
222 Técnica, Diretoria Financeira, Diretoria Institucional, Diretoria de Ensino e Formação, todas as
223 Comissões Permanentes, Comissões Especiais, Grupos de Trabalho, como reuniões ordinárias,
224 extraordinárias, despachos, viagens, seminários, cursos, participação em eventos, contratação de
225 serviços, aquisição de materiais, atendimentos, e pagamentos. Prossegue o coordenador
226 informando os números das atividades da Presidência e do Conselho em geral, destacando os
227 principais eventos e atividades, quais sejam: a segunda Conferência dos Arquitetos e Urbanistas
228 do Estado de São Paulo; a contratação de plano de saúde para todos os funcionários do CAU; a
229 fiscalização em reuniões nas regionais e prefeituras do estado de São Paulo, e a ação de um
230 projeto da Diretoria de Técnica chamada Fiscalização em Ação; implementação da Ouvidoria;
231 mais de 55 mil atendimentos telefônicos, presenciais, e e-mails aos arquitetos e urbanistas;
232 realização de convênio junto à ABNT, DPE, e SEBRAE; participação dos GTs com realização,
233 dentre outros, do seminário Estatuto da Metrópole; FREPEM, e conferências regionais estaduais;
234 abertura, manutenção, continuidade, tramitação jurídica, financeira, e aval de diretorias e
235 Presidência de mais de 700 processos para aquisição de materiais e contratação de serviços;
236 realização de 91 indicações orçamentárias com estudos e avaliações dos respectivos centros de
237 custo; elaborados e criados 1361 empenhos com a respectiva análise orçamentária e financeira e
238 verificação da aderência ao plano de ação do CAU/SP; assinatura de mais de 12 mil documentos
239 pelo Presidente e pelo Diretor Financeiro; cerca de 700 reuniões foram realizadas pelo Conselho,



240 ordinárias, extraordinárias, tanto por parte da Presidência, Vice-presidência, diretorias, comissões
241 permanentes, comissões especiais, GTs, constantes do plano de ação, além de reuniões com
242 CAU/BR, SICCAU, SEBRAE, Caixa Econômica Federal nacional em Brasília, gerentes das
243 regionais, Defensoria Pública dos estados, Prefeitura de São Paulo e outras cidades, Câmaras
244 Municipais, participamos de uma reunião e atividades em conjunto com o observatório dos
245 consórcios públicos e do federalismo, a OCPF, Federação Nacional dos Petroleiros, Câmara
246 Brasileira da Indústria da Construção – CBIC, Departamento da Indústria da Construção,
247 Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, Agência Metropolitana de Desenvolvimento da
248 Baixada Santista – Agem, Frente Parlamentar do Empreendedorismo, etc. No ano de 2015, 4.075
249 novos arquitetos ingressaram no Conselho, assim como são identificados no SICCAU 44.982
250 arquitetos profissionais ativos, e entraram 850 novas empresas, totalizando 4.959 pessoas
251 jurídicas inscritas no CAU/SP. O orçamento para o ano de 2015, apresentado em julho e
252 aprovado, foi de R\$ 46.501.870 milhões, e a arrecadação líquida do ano foi de R\$ 35.659.748
253 milhões, com total de despesa realizada de R\$ 29.966.024 milhões, ou seja, superávit de R\$
254 05.693,724 milhões, e saldo disponível em conta corrente no dia 31 de dezembro de 2015 de R\$
255 37.393.805 milhões. Por fim, o coordenador tece suas considerações finais do ponto de vista da
256 institucionalidade do Conselho, citando princípios, compromissos, e metas do CAU, e agradece a
257 todos. O conselheiro **LUCIO GOMES MACHADO** pede a palavra e afirma que no que tange à
258 questão de balanços, gráficos, e números o relatório parece estar muito bem feito, mas discorda
259 da parte analítica e na apresentação dos dados, indicando erros de português, falta de coerência
260 textual, falta de raciocínio lógico, e falta de conclusões nos textos, excetuando de forma positiva a
261 parte do ouvidor Affonso Risi. Passa, então, a elencar exemplos, como nos pontos sobre
262 acessibilidade, fiscalização, e ensino. Ademais, afirma que é ridículo o número de fiscais que o
263 Conselho possui em comparação com o número de profissionais a serem fiscalizados, e que a
264 essência do relatório trata fundamentalmente de atividades meio e não tem conclusões sobre o
265 que de fato resultou. O Diretor Financeiro **JOSÉ BORELLI NETO** retoma a palavra e afirma que
266 uma série de colocações do conselheiro Lucio Machado constam no relatório, que em função do
267 tempo exíguo para juntar as informações de todas as diretorias não foi possível fazer uma revisão,
268 inclusive de texto, e que uma de suas solicitações frequentes é um profissional que pudesse fazer
269 uma revisão de toda a parte textual. Ademais, pede perdão aos colegas se foram muito chocantes
270 alguns erros de português que apareceram e pede desculpa a todos porque o prazo para juntar
271 todas as informações de todas as diretorias, comissões, e GTs foi muito pequeno, sendo essa
272 apresentação de 200 páginas um resumo do original de mais de mil. Por fim, destaca que é um
273 relatório de gestão e não de resultados, pede que o conselheiro Lucio Machado encaminhe pela
274 não-aprovação se não concorda, e pede desculpas aos conselheiros novamente. O Coordenador
275 de Planejamento Estratégico, Orçamentos e Projetos da Diretoria Financeira **MESAQUE ARAÚJO**
276 **SILVA** retoma a palavra e rebate os argumentos do conselheiro Lucio Machado, apresentando os
277 dados questionados e afirmando que textos que não puderam ser colocados diretamente nos
278 quadros que apresentam “não consta”, por conta de travamento do SICCAU, estão inseridos como
279 anexos. Ademais, informa que a forma do documento é estabelecida pelo Tribunal de Contas, e



280 que ele será revisado antes de ser encaminhado ao mesmo. O conselheiro **LUCIO GOMES**
281 **MACHADO** retoma a palavra afirmando que é um demérito o Conselho ter superávit quando falta
282 funcionário para fazer atividade fim principal dele, a fiscalização, e que os números do relatório
283 estão ótimos, mas o problema é que falta análise de conteúdo. O Presidente **GILBERTO SILVA**
284 **DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA** afirma que as sugestões do conselheiro Lucio Machado
285 são bastante importantes e que para o próximo relatório podem tentar incorporar todas essas
286 sugestões. O conselheiro **ÉDER ROBERTO DA SILVA** toma a palavra e inicia parabenizando o
287 ouvidor Affonso Risi pelo relato e ao conselheiro federal Renato Nunes pelo trabalho efetuado.
288 Prossegue fazendo uma série de críticas em relação ao debate em torno do relatório, afirmando
289 que como a construção do documento é coletiva talvez seja necessário avançar mais na
290 descentralização das responsabilidades das coordenações e diretorias e ter um prazo mais curto,
291 afirmando ainda que líderes devem ajudar a construir no meio do processo e não no dia da
292 aprovação. O conselheiro **LUCIO GOMES MACHADO** retoma a palavra para afirmar que
293 encaminha contra a aprovação do relatório na sessão atual, pois estão aprovando um documento
294 incompleto, com erros, omissões, e à condução de sua estruturação, devendo, portanto, a votação
295 ser adiada. O Presidente **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA** responde
296 que é necessário entregar o documento na semana que vem para o CAU/BR, então a votação
297 será feita nesta sessão. O conselheiro **ÉDER ROBERTO DA SILVA** afirma que já expôs o que
298 pensa aos conselheiros, por isso está tranquilo com o que está vendo e com o compromisso de
299 sempre melhorarem, encaminhando pela aprovação. A conselheira **JACOBINA ALBU VAISMAN**
300 afirma que talvez estejam misturando um pouco as coisas e que talvez não tenham suficientes
301 resultados qualitativos desse trabalho e dos conteúdos dos GTs, pois os conselheiros que não
302 participaram desta ou daquela comissão, deste ou daquele GT, não sabem o que aconteceu,
303 sendo necessária a busca por uma forma de comunicar aos conselheiros, aos colegas, e à
304 sociedade que o CAU veio para trabalhar e contribuir para a profissão. Por fim, encaminha pela
305 aprovação do documento. O Presidente **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA**
306 **BELLEZA** inicia a votação do relatório, o qual é **APROVADO** com 39 votos a favor, 2 votos
307 contrários e 1 abstenção. Encerrada a votação, o Presidente esclarece que o Conselho é jovem,
308 ainda está aprendendo, e essa é a quarta vez que aprovam um plano de ação. Ocorrem erros em
309 procedimentos de processos, erros em procedimentos de fiscalização, uma série de questões,
310 mas isso não invalida todo o esforço que vem sendo feito para que o Conselho funcione. O
311 Presidente entende essa aprovação dessa mesma maneira, as observações feitas pelos
312 conselheiros Lucio Machado, Éder da Silva, e Jacobina Vaisman são no sentido de contribuir para
313 que se possa aperfeiçoar todo o procedimento de aprovação e todas essas observações serão
314 levadas em consideração para a próxima, mas infelizmente os prazos imputados atropelam a
315 todos. **3) APROVAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS 2015 (ORIGEM DIRETORIA**
316 **FINANCEIRA).** O conselheiro **SILVIO JOHN HEILBUT** inicia sua fala dizendo que vai apresentar
317 somente os grandes números, sem entrar em detalhes, e comenta que o relatório financeiro
318 aprovado é feito segundo o modelo do Tribunal de Contas, ninguém inventou nada, e o Tribunal
319 não quer saber se o Conselho foi bem ou mal sucedido, mas sim o que pedem no modelo, tendo o



320 CAU/SP recebido elogios pela qualidade de seu relatório. O conselheiro inicia seu relatório
321 mostrando que em 2015 a receita acumulada foi de R\$ 35.650.000 milhões, desse total quase 13
322 milhões foram anuidades, RRTs 17.500.000 milhões, praticamente 50% só de RRT, multas e juros
323 R\$ 800 mil, aplicação financeira R\$ 04.300.000 milhões, e outras receitas R\$ 77 mil. O orçamento
324 era de R\$ 46 milhões, sendo arrecadado mais do que o previsto. Anuidades R\$ 13 milhões.
325 Aplicações financeiras R\$ 3.900.000 milhões, taxas e multas R\$ 620 mil, RRTs R\$ 16.584.000
326 milhões, sendo arrecadado R\$ 826 mil a mais do que o previsto. Anuidades de pessoas jurídicas
327 ficaram um pouco abaixo, era previsto R\$ 01 milhão 170, ficou R\$ 82 mil abaixo, anuidades de
328 pessoa física também ficaram um pouco abaixo, 1%, eram R\$ 10.290.000 milhões. Despesa,
329 foram arrecadados R\$ 37 milhões e houve uma despesa de praticamente R\$ 30 milhões, sendo
330 pessoal R\$ 14 milhões, material de consumo R\$ 3.266, diárias R\$ 2.287, pessoas jurídicas
331 passagem R\$ 4.224, encargos diversos R\$ 800 mil, transferências para o CAU/BR, que é o fundo
332 de serviço compartilhado e o fundo do CAU/BR, R\$ 04 milhões e meio, praticamente 15% da
333 despesa, e despesa de capital, R\$ 700 mil, que foram os computadores que foram comprados. Foi
334 gasto 84% do que foi arrecadado. Em relação à despesa total, 15% foram pro CAU, encargos
335 diversos 3%, despesa com pessoas jurídicas, que são praticamente passagens, 14%, diárias 8%,
336 material de consumo 11%, e despesa com pessoal 47%. Previsto e realizado, foi previsto gastar
337 R\$ 11 milhões, considerados para a sede, sendo gasto R\$ 690 mil. Encargos diversos foi atingida
338 a meta, previsto R\$ 815 mil, ficou R\$ 28 mil abaixo. Ou seja, em todos os itens de despesa o
339 Conselho ficou abaixo do previsto. Comparativo 2014-2015. A receita prevista de 2014 foi de R\$
340 28 milhões e foram arrecadados R\$ 30 milhões. Em 2015 o previsto foi de R\$ 34 milhões,
341 arrecadados 35 milhões. Na despesa, em 2014 foi previsto gastar 28 milhões, gastos R\$ 22
342 milhões. Em 2015 a previsão era de R\$ 34 milhões, sendo gastos R\$ 29 milhões. E com o capital
343 praticamente não foi gasto nada. Conclusão, o Conselho ficou com saldo orçamentário de R\$ 05
344 milhões e 700 mil, com R\$ 37 milhões em conta corrente reservados para patrimônio. Ademais, o
345 conselheiro mostra que as anuidades de pessoas físicas estão R\$ 301 mil abaixo do previsto,
346 sendo as anuidades de pessoas físicas de anos anteriores R\$ 57 mil, anuidades de pessoas
347 jurídicas R\$ 87 mil abaixo do previsto, sendo as anuidades de pessoas jurídicas de anos
348 anteriores R\$ 09 mil. Multas e taxas R\$ 45 mil. Em RRTs eram previstos R\$ 02.290.000 milhões,
349 estando R\$ 205 mil abaixo do previsto nos meses de janeiro e fevereiro. Por fim, o conselheiro
350 afirma que isso quer dizer que pela primeira vez o Conselho está sentindo a situação econômica
351 do país bater diretamente em cima da quantidade de RRTs, sendo um alerta de que estão
352 arrecadando menos do que o previsto. O Presidente **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE**
353 **OLIVEIRA BELLEZA** inicia a votação da aprovação da prestação de contas de 2015, a qual é
354 **APROVADA** com 35 votos a favor, nenhum contrário e nenhuma abstenção. 4) **PRORROGAÇÃO**
355 **DE PRAZO PARA CONCLUSÃO DE PROCESSOS ÉTICOS: 1000005872/2014,**
356 **1000003449/2013, ED-05/2015, ED-09/2015, ED-12/2015, ED-13/2015, ED-15/2015, ED-16/2015.**
357 O Presidente **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA** inicia a votação da
358 prorrogação dos prazos dos processos éticos, a qual é **APROVADA** com 34 votos a favor e 2
359 abstenções. 5) **APROVAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIOS**



360 **PARA CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS AOS PROFISSIONAIS REGISTRADOS NO CAU/SP E**
361 **FUNCIONÁRIOS DO CONSELHO.** O Presidente **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA**
362 **BELLEZA** inicia sua fala explicando que a Diretoria Administrativa está fazendo uma série de
363 convênios para que possam ajudar os arquitetos e funcionários, tanto do ponto de vista de cursos
364 como de convênios, como por exemplo ACM, Cultura Inglesa, Escolas Superiores, e uma rede de
365 farmácia. O Presidente, então, inicia a votação da autorização para celebração de convênios, a
366 qual é **APROVADA** com 35 votos a favor, nenhum contrário e nenhuma abstenção. **6)**
367 **APROVAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO COM A ARPEM –**
368 **ASSOCIAÇÃO DOS REGISTRADORES DE PESSOAS NATURAIS DO ESTADO DE SÃO**
369 **PAULO, COM A FINALIDADE DE RECEBER INFORMAÇÕES REFERENTES A ÓBITOS DE**
370 **PROFISSIONAIS ARQUITETOS E URBANISTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO.** O Presidente
371 **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA** inicia sua fala explicando que esse é
372 um convênio que está sendo feito com a Associação de Cartórios para que possam atualizar todos
373 os profissionais do Conselho já falecidos. Eles passarão essas informações de profissionais que a
374 família não notificou o Conselho e com isso oficialmente poderá ser atualizado todo o
375 procedimento do CAU. O Presidente, então, inicia a votação da autorização para celebração de
376 convênio, a qual é **APROVADA** com 37 votos a favor, nenhum contrário e nenhuma abstenção. **7)**
377 **APROVAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO COM A**
378 **SECRETARIA DO ESTADO DO MEIO AMBIENTE.** A coordenadora do GT Meio Ambiente
379 **MIRTES MARIA LUCIANI** inicia sua fala informando que uma das ações desenvolvidas pelo GT,
380 além dos boletins mensais, é tentar fazer um trabalho de longo prazo, de maior complexidade,
381 para colaborar dentro do exercício profissional no que diz respeito ao meio ambiente. Dessa
382 maneira, passaram alguns meses discutindo junto com a Secretaria do Meio Ambiente para fazer
383 um caderno orientativo, para que possa apoiar nas decisões para fazer projetos urbanísticos. Esse
384 é um trabalho que vai ser feito a várias mãos, com vários técnicos da secretaria que já foram
385 designados para trabalharem junto ao GT, juntamente com o apoio da própria Secretária. A
386 expectativa é fazê-lo em 03 meses, e sairá com o aval da CETESB e de todos os órgãos
387 estaduais voltados para o exercício do arquiteto e urbanista. O Presidente **GILBERTO SILVA**
388 **DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA** inicia a votação da aprovação de celebração de convênio,
389 a qual é **APROVADA** com 33 votos a favor, nenhum contrário e nenhuma abstenção. O
390 conselheiro **PAULO ANDRÉ CUNHA RIBEIRO** pede a palavra e lembra os conselheiros que foi
391 entregue a todos eles um questionário para ser entregue ao final desta plenária. A conselheira
392 **MIRTES MARIA LUCIANI** retoma a palavra e explica que querem fazer um trabalho integrado que
393 possa envolver todo mundo o tempo todo e que esse questionário é uma provocação, e quem
394 puder entregar hoje está ótimo, pois o GT terá uma reunião no dia seguinte. Ainda afirma que o
395 canal de comunicação está aberto o tempo todo, que gostariam muito da participação de todos os
396 colegas, não só conselheiros, e que divulguem esse trabalho para que as pessoas tragam quais
397 são as suas dificuldades ao produzirem projetos urbanísticos em relação às legislações para que
398 o GT possa trabalhar com os técnicos que analisam esses trabalhos e os aprovam e possam
399 juntos construir uma forma de orientar para que os trabalhos fluam melhor e sejam aprovados de



400 uma maneira mais prática. **8) JULGAMENTO DE PROCESSOS – ORIGEM: COMISSÃO**
401 **PERMANENTE DE EXERCÍCIO PROFISSIONAL: PROCESSOS 100007423/2014,**
402 **100007510/2014, 100007521/2014, 100007516/2014, E 100007441/2014.** O conselheiro
403 **EDMILSON QUEIROZ DIAS** afirma que os processos foram encaminhados por engano para a
404 plenária, sendo que deveriam ir para a Diretoria Técnica, então pede em nome da Comissão
405 Permanente de Exercício Profissional que sejam retirados de pauta. O pedido foi aceito pelo
406 Presidente. **9) APROVAÇÃO DA AMPLIAÇÃO DO QUADRO DE FUNCIONÁRIOS.** O Presidente
407 **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA** informa que estão propondo a
408 contratação de 08 novos funcionários, sendo 02 fiscais concursados no concurso feito na gestão
409 anterior. A ideia é que se tenha um fiscal único e exclusivamente para acompanhar as licitações
410 de concursos públicos e que ele se manifeste dentro desse critério no sentido de que se possa
411 manter um acompanhamento permanente com relação a isso. Além desses 02 fiscais, que seriam
412 aqui para São Paulo, ocorreria a contratação de mais 04 funcionários concursados do concurso
413 realizado na gestão anterior para que possam auxiliar algumas áreas da estrutura do Conselho: 01
414 para a Presidência, devido ao excesso de trabalho; 01 para a Diretoria de Ensino e Formação; 01
415 para a Diretoria Institucional; 01 para a Diretoria Administrativa, para acompanhar a fabricação de
416 carteiras profissionais; e 02 no quadro funcional, um auditor para acompanhar todas as contas e
417 procedimentos e um gerente de compras que vai para auxiliar em todos os processos de licitação.
418 O Presidente, então, convida o Coordenador de Recursos Humanos **CARLOS MORAES** para
419 explicar com maiores detalhes. O Coordenador de Recursos Humanos **CARLOS MORAES** inicia
420 sua fala informando que esses 08 novos cargos surgiram depois de reuniões entre o corpo diretivo
421 do CAU e as necessidades que foram apontadas. Essa movimentação envolve o assistente
422 técnico administrativo, concursado, serão 04, um para a Diretoria de Ensino e Formação, um na
423 Diretoria de Relações Institucionais, um na Presidência, e um na Diretoria Administrativa. Os 02
424 agentes de fiscalização, o auditor interno, que é um processo novo que vai ser instituído no CAU,
425 e um coordenador de compras. O quadro de funcionários hoje contempla 127 funcionários, tendo
426 um custo mensal com folha de pagamentos, benefícios, encargos, em torno de R\$ 01.330.000
427 milhão ao mês, o que representa um pouco mais de R\$ 16 milhões ao ano. A representatividade
428 desse número em relação à receita do Conselho hoje, fazendo uma projeção para o ano de 2016,
429 é quase 42%. Ou seja, o custo de pessoal representa 42% das receitas correntes do CAU. Com
430 essa proposta da implementação de mais 08 funcionários esse número aumentaria e esse
431 percentual passaria a corresponder a 44,72% da receita. A conselheira **MARCIA MALLET**
432 **MACHADO DE MOURA** questiona a contratação pelo fato de o Conselho pagar ao CAU/BR pela
433 manutenção do SICCAU e atendimento telefônico do call center. Então, sugere que os agentes
434 administrativos do atendimento telefônico sejam remanejados para outra função e que sejam
435 contratados mais agentes de fiscalização, que é o que realmente falta ao CAU. Também pergunta
436 se esses funcionários seriam efetivos ou contratados. O Coordenador de Recursos Humanos
437 **CARLOS MORAES** responde que a sugestão será levada em consideração e todas as análises
438 dos processos e quantidade de atendimento estão sendo consideradas independentemente do
439 centro de compartilhamento. Em relação ao quadro de fiscalização, informa que serão 02 fiscais



440 novos, a princípio na região da grande São Paulo para atender a demanda, e desse quadro de
441 funcionários teriam 06 que virão através do concurso público realizado em 2014, o qual foi
442 prorrogado por mais dois anos. Além disso, mais 02 cargos de confiança, que seriam o auditor
443 interno, que vai fazer a implantação de auditoria dentro do CAU/SP, e o coordenador de compras.
444 O Presidente **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA** esclarece que todos os
445 funcionários efetivos, os 04 administrativos e os 02 fiscais, serão chamados do concurso já
446 realizado e ainda em vigor. Já os 02 de livre provimento serão selecionados através de consulta
447 curricular, sendo que até os próprios conselheiros poderão indicar currículos de pessoas
448 especializadas na área de auditoria interna e coordenação de compras. A conselheira **MIRTES**
449 **MARIA LUCIANI** questiona se foi levada em consideração a expectativa de arrecadação
450 descendente nessa linha de gastos ascendentes gerada por mais contratações. O Presidente
451 **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA** responde que essa porcentagem foi
452 feita e o Conselho pode bater até 45%, sendo que com essas contratações ficará em 44,72%.
453 Ainda ressalta que de imediato querem os 02 fiscais, sendo que as outras contratações decorrem
454 do setor financeiro, e que é somente para deixar já aprovado, os 08 funcionários não serão
455 contratados de uma vez. O conselheiro **MARIO YOSHINAGA** questiona quantos fiscais seriam
456 necessários para fiscalizar os 40 mil profissionais do estado de São Paulo com um mínimo de
457 eficiência e de que forma seria possível medir a eficiência desse número de fiscais com o aumento
458 de arrecadação. O Presidente **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA**
459 responde que essa preocupação com a fiscalização é permanente na diretoria, sendo inclusive
460 montado um GT para contribuir nessa linha de pensamento. O conselheiro **ANTONIO JOÃO**
461 **MALICIA FILHO** pergunta qual é a relação de investimento hoje em fiscalização, em relação ao
462 restante de funcionários que o Conselho possui e qual é o coeficiente ideal de investimento de
463 fiscalização em relação a isso. Ainda afirma que devem pensar não em número de profissionais
464 que tem que fiscalizar, mas sim em número de problemas que o estado tem e que devem ser
465 fiscalizados para gerar emprego para esses profissionais. O Presidente **GILBERTO SILVA**
466 **DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA** responde que não têm uma proporção financeira, mas
467 que têm o quadro total de funcionários, 127, dos quais 11 são fiscais, ou seja, menos de 10%. O
468 conselheiro **FLAVIO MARCONDES** questiona se durante os menos de 04 anos de fiscalização do
469 CAU/SP foi feito um levantamento de que tipo de problemas existem, se é falta de RRT, etc. O
470 Presidente **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA** responde que isso foi feito,
471 as dificuldades e demandas na área de fiscalização, e divulgado inclusive no site para os
472 conselheiros. O conselheiro **FLAVIO MARCONDES** afirma que para ele, demanda não é um
473 problema de fiscalização, e questiona quais os problemas dos erros, quais problemas são
474 detectados na fiscalização, pois tudo o que vê é falta de RRT. Ademais, acredita que grande parte
475 dos processos que chegam ao CAU não fazem parte de sua fiscalização. O Presidente
476 **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA** responde que existem vários
477 problemas e o RRT é um deles, assim como a falta de profissionais em obras. O conselheiro
478 **FLAVIO MARCONDES** pergunta qual a porcentagem disso nos últimos 3 anos. O Presidente
479 **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA** responde que a Diretoria Técnica



480 possui esses dados e trará para os conselheiros tomarem conhecimento. O conselheiro **FLAVIO**
481 **MARCONDES** afirma que isso é para saber que tipo de fiscalização o Conselho não está
482 cobrindo, não por capacidade técnica, mas por número de profissionais. O Presidente **GILBERTO**
483 **SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA** responde que irão trazer, pois acha que isso é
484 muito importante. Em seguida, solicita à Diretoria Técnica que analise isso e traga para os
485 conselheiros. Então, inicia a votação da aprovação da ampliação do quadro de funcionários, a
486 qual é **APROVADA** com 34 votos a favor, nenhum contrário e nenhuma abstenção. **10)**
487 **APROVAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DA COMISSÃO PERMANENTE DE EXERCÍCIO**
488 **PROFISSIONAL, JÁ APROVADAS NA COMISSÃO PERMANENTE DE LEGISLAÇÃO E**
489 **NORMAS.** O conselheiro **EDMILSON QUEIROZ DIAS** inicia sua fala informando que conforme
490 reunião realizada em 16 de fevereiro com a Comissão Permanente de Legislação e Normas, o
491 Departamento Jurídico, e a Comissão de Exercício Profissional, foram solicitadas algumas
492 alterações dos textos das deliberações número 01, deliberação número 02, e deliberação número
493 03. As alterações seguem abaixo, conforme exposto. **a) DELIBERAÇÃO Nº 01/2015:** Deliberação
494 para normatização da análise de documentação dos RRTs Extemporâneos. Deliberação número
495 01 anterior estava colocada da seguinte forma: *“no caso de pessoa jurídica é necessário*
496 *apresentação de atestado em papel timbrado do contratante. Caso não contenha, haverá a*
497 *necessidade de complementação com no mínimo 2 dos itens abaixo.”*. Foi alterado para a
498 seguinte forma: *“no caso de pessoa jurídica será admitido mediante avaliação do CAU/SP*
499 *qualquer documento que comprove o fato especialmente: comprovante fornecido por contratante*
500 *ou autoridade competente, contrato de prestação de serviço, certificado, documentos internos de*
501 *empresa ou órgão público, portaria de nomeação ou designação de cargo/função, ordem de*
502 *serviço ou de execução, publicação técnica, correspondências trocadas entre as partes*
503 *contratantes, inclusive por meio eletrônico”*. Ainda no item 09, declaração de testemunhas, esse
504 item havia sido suprimido anteriormente e agora consta da deliberação: *“também incorpora-se o*
505 *diário de obra, cópias do projeto ou do produto resultante do serviço, registros fotográficos, termo*
506 *de recebimento provisório ou definitivo, notas fiscais de prestação de serviço perfazendo o total do*
507 *contrato realizado, apresentado, ou a RPA, o recibo de pagamento autônomo ao profissional*
508 *autônomo”*. Foi acrescentada ao final da deliberação, por solicitação do Departamento Jurídico, a
509 frase: *“além do disposto nesta deliberação, deverão ser atendidas as disposições do artigo 15, ao*
510 *artigo 20 da Resolução 91 de 9 de outubro de 2014 do CAU/BR”*. Quanto aos documentos a
511 serem apresentados, destacam-se: *“comprovante fornecido por contratante ou autenticidade*
512 *competente, contrato de prestação de serviço, certificado, documentos internos de empresa ou*
513 *órgão público, portaria de nomeação ou designação de cargo/função, ordem de serviço ou de*
514 *execução, publicação técnica, correspondências trocadas entre as partes contratantes inclusive*
515 *por meio eletrônico, diário de obra, cópias do projeto ou do produto resultante do serviço, e*
516 *registros fotográficos. Poderá ainda aceitar, a critério do CAU/SP, outros documentos como”*. Essa
517 frase foi suprimida da deliberação. O Presidente **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA**
518 **BELLEZA** inicia a votação para aprovação da Deliberação nº 01/2015, a qual é **APROVADA** com
519 31 votos a favor. **b) DELIBERAÇÃO Nº 02/2015:** Deliberação para normatização de parâmetros



520 para análise de documentação das certidões de acervo técnico com atestado, a CAT A. Na
521 deliberação número 02 anterior: *“deverão ser obedecidos os seguintes itens na análise para*
522 *aprovação das solicitações de certidões de acervo técnico com atestado, CAT A. Requerimento*
523 *específico disponível no ambiente profissional do SICCAU solicitando o registro do atestado*
524 *fornecido pela pessoa jurídica contratante. Neste deverá constar a indicação de um ou mais RRTs*
525 *concedentes às atividades técnicas realizadas pelo arquiteto e urbanista em um único endereço, e*
526 *a declaração do arquiteto e urbanista responsável de que as atividades nele registradas foram*
527 *efetivamente realizadas e concluídas. Número 02, inserção em via digital do atestado de que trata*
528 *o requerimento, esse deverá ser firmado por meio de funcionalidade eletrônica específica,*
529 *disponível no próprio requerimento da certidão. 03, documento comprobatório, se for o caso.*
530 *Deverão constar obrigatoriamente no atestado: 01, qualificação da pessoa jurídica contratante,*
531 *razão social, endereço, e número do CNPJ. Qualificação da pessoa física que firma o atestado,*
532 *nome, CPF, e cargo do representante legal da pessoa jurídica, ou nome, título profissional, e*
533 *número do registro no CAU, se arquiteto e urbanista. Ou do Conselho Regional de Agronomia e*
534 *Engenharia, CREA, se outro profissional legalmente habilitado. Número 03, declaração que a*
535 *veracidade, a exatidão das informações e dados técnicos constantes do atestado são de*
536 *responsabilidade do emitente.”*. Esse item foi retirado da deliberação número 02, solicitado pelo
537 departamento jurídico. E foi acrescentada pelo departamento jurídico na frase no final da
538 deliberação: *“por solicitação mesma, além do disposto nesta deliberação deverão ser atendidas as*
539 *disposições do artigo 10, ao artigo 21, parágrafo terceiro, da Resolução 93 de 7 de novembro de*
540 *2014 do CAU/BR”*. O conselheiro ainda destaca que essa reunião foi muito produtiva e fecunda,
541 houve um avanço muito grande, e que ainda devem realizar mais reuniões conjuntas entre as
542 comissões para que possam ocorrer estudos e análises de atos administrativos do CAU/SP,
543 gerando dessa forma contribuições ao CAU/BR. O Presidente **GILBERTO SILVA DOMINGUES**
544 **DE OLIVEIRA BELLEZA** salienta que esse procedimento que está sendo feito na plenária é
545 resultado de uma decisão do próprio plenário de que essas deliberações passassem pela
546 Comissão de Legislação e Normas, pelo Departamento Jurídico, retornasse à Comissão de
547 Exercício Profissional, e daí viessem ao plenário. O Presidente, então, inicia a votação para
548 aprovação da deliberação nº 02/2015, a qual é **APROVADA** com 31 votos a favor, nenhum
549 contrário e nenhuma abstenção. **11) PALAVRA DOS CONSELHEIROS**. Após a votação o
550 Presidente passa a palavra para os conselheiros inscritos. A conselheira **SILVANA SERAFINO**
551 **CAMBIAGHI** convida todos a participarem do 1º Seminário de Acessibilidade e Desenho Universal
552 na Arquitetura e Urbanismo, no dia 14 de abril, onde vão haver 03 mesas temáticas, uma sobre
553 conceitos e aplicação de acessibilidade de desenho universal, depois legislação e ética, inclusive
554 com a conselheira Rosana explanando sobre a questão ética e acessibilidade, cases, e também
555 vários expositores demonstrando um pouco de seus processos. A relatora da Lei Brasileira de
556 Inclusão, que começou a valer em janeiro de 2016, também foi convidada, mas já possuía
557 compromissos, então participará via vídeo. O seminário ocorrerá no próprio hotel em que ocorrem
558 as plenárias, das 08:30 às 12:30, e possui apoio da ASBEA, da ABAP, do sindicato dos arquitetos,
559 e do IAB. O Presidente **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA** lembra que o



560 seminário ocorrerá no mesmo dia da plenária, mas na parte da manhã, no mesmo auditório. A
561 conselheira **MÁRCIA REGINA DE MORAES DINO DE ALMEIDA** pede aos colegas que
562 divulguem a carta produzida pela Comissão Especial para Participação do CAU/SP na
563 Conferência das Cidades, referente à 6ª Conferência das Cidades, e fomentem a participação dos
564 colegas arquitetos no Conselho das Cidades, pois quantos mais forem a essas conferências mais
565 delegados conseguirão eleger. Por fim, o Presidente **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE**
566 **OLIVEIRA BELLEZA** agradece a presença de todos e o empenho em manterem o quórum
567 durante a extensiva pauta da presente plenária e encerra a 3ª Sessão Plenária Ordinária de 2016.

568 **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA**

569 **Presidente**